



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____/2019
(Do Sr. Ivan Valente)

Apresentação: 27/08/2019 11:28

RIC n.1122/2019

Requer ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre o comércio de energia produzida por outros países em território brasileiro.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao **Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia**, pedido de informações, conforme segue:

- 1) A comercialização de energia produzida por países vizinhos em território brasileiro pode ser realizada por empresas privadas? Quais empresas estão autorizadas a realizarem o comércio em território brasileiro da energia produzida por outros países? Encaminhar a lista completa e a participação no mercado de cada uma delas.
- 2) Qual o procedimento para que empresas sejam autorizadas a comercializarem no mercado brasileiro a energia produzida por outros países?
- 3) Quais são as empresas autorizadas a comercializarem no mercado brasileiro a energia produzida por Itaipu Binacional e vendida pela República do Paraguai? Quando essas empresas foram autorizadas e por meio de qual procedimento foram selecionadas? Qual a participação de cada uma delas no mercado de energia produzida por Itaipu Binacional e vendida pela República do Paraguai para ser comercializada no Brasil?
- 4) Alguma empresa ligada ao Grupo Léros (<http://www.grupoleros.com.br/>) está autorizada a comercializar em território brasileiro a energia adquirida de outros países? Desde

quando essa empresa está autorizada a comercializar a energia adquirida no exterior? Qual documento formalizou essa autorização?

- 5) Alguma empresa ligada ao Grupo Léros solicitou autorização para comercializar energia produzida por outros países no mercado brasileiro? Quando foi solicitada essa autorização? Encaminhar cópia integral do processo.

JUSTIFICATIVA

O debate sobre o comércio da energia produzida por Itaipu Binacional e de propriedade da República do Paraguai segue demandando maior transparência em nosso país.

O assunto vem incendiando o país vizinho em razão das tratativas empreendidas por uma empresa brasileira. Apesar disso, muito pouco foi esclarecido pelo Governo brasileiro sobre o papel dessa empresa nas negociações para a comercialização da energia produzida por Itaipu Binacional e de propriedade da República do Paraguai.

Para que fique esclarecido qual exatamente era o papel do Grupo envolvido nas negociações com o Governo da República do Paraguai, é fundamental que a sociedade tenha clareza sobre o procedimento adotado para autorizar empresas a comercializarem em território brasileiro a energia produzida por países estrangeiros, em especial, nosso países vizinhos.

São essas as razões que nos levam à formulação das perguntas acima.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2019.

IVAN VALENTE
DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP